



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
REITORIA - DIRAV - Comissão Própria de Avaliação

## ATA DA 123ª REUNIÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

### REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - 13/2021

Às catorze horas do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e um, por meio do aplicativo Google Meet, realizou-se remotamente a centésima vigésima terceira reunião da Comissão Própria de Avaliação (CPA), reunião 13/2021, em caráter extraordinário, com a presença dos seguintes membros: as representantes docentes Laura Hora Rios Leite, Pâmela Souza Almeida Silva Gerheim; os representantes da Educação Básica Ana Maria Bastos Firmino e Flávio de Souza Coelho; a representante do corpo técnico administrativo Sônia Maria Ferreira Azalim (Presidente); a representante da CSPA prof<sup>a</sup>. Simone Cristine Araújo Lopes; o representante da sociedade civil, Sílvio Rogério Fernandes. Para registro, foram justificadas as seguintes ausências: prof. Fernando Eustáquio de Matos Júnior, prof<sup>a</sup>. Michèle Cristina Resende Farage, prof. Alexandre Haruiti Anzai, prof<sup>a</sup> Cláudia Rodrigues Castro, discente Orlando Luiz de Oliveira Júnior, representante da sociedade civil, Maria Angélica Arantes de Aguiar Abreu, TAE Fernanda Destro Tonelli e TAE Gevã Schaefer Pereira Martins. **PAUTA ÚNICA. Análise e aprovação do instrumento de coleta – continuação.** A Presidente iniciou a reunião e pediu à prof<sup>a</sup> Ana Maria que conduzisse a análise do instrumento. A prof<sup>a</sup> Ana Maria comunicou uma consideração feita pela prof<sup>a</sup> Michèle de que as questões 16 e 17 não deveriam ter como respondentes os discentes, haja vista que os estudantes são atendidos por mais de um departamento. A prof<sup>a</sup> Pâmela concordou que realmente os alunos não têm condições de responder sobre o assunto, somente sobre a coordenação. Assim, a questão 16 foi direcionada para TAEs e docentes, enquanto a questão 17 para discentes. A prof<sup>a</sup> Pâmela pensou que seria interessante inserir a opção “não se aplica”. Outro apontamento feito pela prof<sup>a</sup> Michèle foi sobre a generalização dos colegiados da instituição, nas questões 27, 28 e 29. A Presidente alegou que poderia ser porque em alguns colegiados há eleição e em outros não. A prof<sup>a</sup> Laura sugeriu pedir para o respondente indicar sobre qual colegiado está se referindo ao responder. A prof<sup>a</sup> Pâmela recomendou centrar a avaliação na composição dos colegiados superiores, afirmando ser complicado colocar uma opção de resposta com vários colegiados. A Presidente comentou sobre a necessidade de separar o colegiado conforme o público-alvo. A prof<sup>a</sup> Pâmela sugeriu que a avaliação foque na representatividade ou na constituição dos órgãos colegiados e não na participação nas eleições. A Presidente concordou, haja vista que a representatividade é uma temática muito importante para avaliar os processos de gestão institucional. O representante da sociedade civil, Sílvio, sugeriu perguntar sobre a participação do indivíduo na composição do órgão colegiado. A prof<sup>a</sup> Pâmela opinou que a questão 29 seja voltada para colegiados superiores em que todos participam, especificando quais seriam eles. O representante da sociedade civil, Sílvio, entende que se deve avaliar a questão dos colegiados em geral e não somente dos superiores. A prof<sup>a</sup> Pâmela argumentou que isso poderia gerar dificuldades para o próprio respondente, pois as opiniões sobre cada colegiado podem ser diferentes. A Presidente propôs excluir a questão 28, uma vez que não há a divulgação para comunidade acadêmica das eleições para órgãos colegiados. A prof<sup>a</sup> Pâmela recomendou utilizar os indicadores “conheço, não conheço e tenho interesse em conhecer” na questão relativa aos conhecimentos sobre a CPA. A Presidente questionou quem irá montar o instrumento e recomendou que coloquem o que já foi aprovado em uma

plataforma. A prof<sup>a</sup> Ana Maria demonstrou preocupação em relação ao prazo de aplicação. A prof<sup>a</sup> Pâmela informou que a prof<sup>a</sup> Laura conseguiu a aprovação da equipe do CGCO para que a aplicação do questionário seja via SIGA. A prof<sup>a</sup> Laura explicou que, no presente momento, essa opção não seria mais viável devido à grande demanda do CGCO, somente seria possível se o questionário fosse inserido na aba Eventos, na qual não há cruzamento de dados. A prof<sup>a</sup> Pâmela alertou que é preciso pedir o número do siape e de matrícula dos respondentes, para que o CGCO identifique as informações relacionadas a eles. O representante da sociedade civil, Sílvio, acredita que isso poderia quebrar o sigilo do questionário. A prof<sup>a</sup> Ana Maria disse que o respondente poderia se sentir inseguro ao se identificar e se preocupa com a devolutiva do SIGA. A prof<sup>a</sup> Laura explicou que o resultado virá em uma planilha do Excel e cabe à CPA agrupá-lo em tabelas e gráficos. A prof<sup>a</sup> Pâmela esclareceu que o sigilo se refere somente à divulgação dos dados, que não deverá ser feita de forma individual. Na Dimensão 10, a prof<sup>a</sup> Ana Maria comentou que a TAE Fernanda enfatizou alguns pontos para justificar os critérios adotados: as perguntas foram elaboradas com base no instrumento do SINAES e no roteiro de autoavaliação institucional, tendo como referência questões da UFPE; além disso, as mesmas questões devem ser aplicadas para todos os grupos, com separação por seção. A sugestão da prof<sup>a</sup> Michèle é alterar as opções de resposta para “discordo totalmente, discordo parcialmente, não concordo nem discordo, concordo parcialmente, concordo totalmente, não tenho conhecimento a respeito”. A prof<sup>a</sup> Pâmela reforçou que nem todos os respondentes têm propriedade para responder as questões de temáticas financeiras, então é preciso definir melhor o público-alvo. O representante da sociedade civil, Sílvio, discordou da delimitação da amostra, haja vista que todos da gestão deveriam ter conhecimento. A Presidente entende que essas questões deveriam ser aplicadas a todos, mesmo que muitos não tenham conhecimento, pois isso pode trazer uma informação interessante. A prof<sup>a</sup> Pâmela considera ser oportuno agendar uma reunião com gestores para discutir sobre essas questões, a fim de entender sobre suas vivências. O representante da sociedade civil, Sílvio, concordou. A Presidente também está de acordo e acredita que as questões poderiam ser apresentadas de forma menos técnica. A prof<sup>a</sup> Ana Maria questionou quem será o responsável por estabelecer o contato com os gestores. A Presidente se dispôs a entrar em contato com a Pró-Reitora Adjunta Jucilene Melandre (Proplan). A Presidente sugeriu finalizar a discussão devido ao avançado da hora, e ficou acordado que será feita uma enquete para decidir a data do próximo encontro. Não havendo nada mais a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Eu, Luísa de Paula Ribeiro, redigi esta ata, que é assinada por mim, pela Presidente e pelo vice-Presidente. Juiz de Fora, 10 de dezembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Maria Ferreira Azalim, Presidente**, em 18/02/2022, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Haruiti Anzai, Professor(a)**, em 18/02/2022, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luísa de Paula Ribeiro, Usuário Externo**, em 21/02/2022, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0685454** e o código CRC **41655C7C**.

